

NEM TUDO QUE RELUZ...

"CARAJÁS É, ASSIM, UM PONTO DE INTERSECÇÃO ENTRE A QUESTÃO NACIONAL, A QUESTÃO SOCIAL E A QUESTÃO DEMOCRÁTICA. A CRÍTICA DE SEUS SIGNIFICADOS SÓ ENCONTRA EXPRESSÃO PRÁTICA E CONSEQUENTE NA MEDIDA QUE A SOCIEDADE NACIONAL CONQUISTE NO SEU PRÓPRIO TECIDO E NO APARELHO DO ESTADO UM REAL PODER DE INTERVENÇÃO, OU SEJA, CARAJÁS, HOJE, SE INSERE NO CORAÇÃO DO PROCESSO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO".

Carajás converteu-se numa grande discussão. E nem poderia ser diferente, seja pela magnitude dos recursos minerais que concentra, seja pelos mirabolantes planos com que as autoridades governamentais anunciam a sua exploração integrada em projetos que vão das atividades minerais extrativas e metalúrgicas aos chamados segmentos agro-pecuários e madeireiros.

Nos ocuparemos, no escopo deste trabalho, do exame dos significantes políticos e econômicos que envolvem e explicam Carajás. Em outras palavras, tentamos capturar as diferentes variáveis da política econômica, interna e externamente, que podem dar, com um mínimo de segurança e lógica, uma previsão confiável e realista à futura exploração mineiro-industrial da exuberante província mineral da Serra dos Carajás. Assim, será impossível evitar a derrubada dos mitos que cairão, um a um, no confronto entre as intenções e os fatos.

Fixamos, destarte, os limites deste trabalho na investigação de questões como o caráter exportacionista do denominado Programa Grande Carajás, na composição dos capitais e dos investimentos capazes de viabilizar a exploração nas dimensões autoritariamente previstas, na demanda de tecnologias requeridas para os diversos bens minerais, no relacionamento entre as riquezas de Carajás e seu significado na política mineral brasileira com o conjunto da política econômica de um modo geral e da política industrial, em particular. Isto significa que deixamos de lado, sem deixar de assinalar a grande importância que têm, questões como a conservação ecológica, a política florestal, a política agrícola e fundiária para a Amazônia Oriental etc...

Carajás tem sido apresentado como um meio de resolver os "déficits" de nosso balanço de pagamentos e gerar divisas suficientes para reduzir ou eliminar a dívida externa do País. O ex-ministro chefe da Secretaria do Planejamento, Sr. Reis Velloso, sugere que a exploração dos minérios de Carajás possa vir a "ajudar substancialmente a pagar a conta de petróleo", exercendo um papel fundamental nas exportações e na substituição de importações de insumos minerais, de modo a gerar divisas e "assegurar a viabilidade do nosso balanço de pagamentos, que depende crucialmente, a partir de agora, de "superavits" crescentes na balança comercial, única forma de evitar um excessivo endividamento externo".(1)

Na esteira dessa concepção é que foi elaborado pela Companhia Vale do Rio Doce e desenvolvido pela SEPLAN o que se considerou o maior "projeto nacional de exportação". Tal projeto, juntamente com o Projeto Ferro Carajás, com investimento estimado em US\$3,5 bilhões, ao longo de dez anos terá incorporado investimentos da ordem de US\$60 bilhões, o equivalente ao investimento fixo total do país previsto para o ano de 1981 que será de aproximadamente US\$55 bilhões. Para se atender caprichosamente o que requer o Programa Grande Carajás teríamos que investir anualmente cerca de 8 a 10 bilhões de dólares, o que significa quase 20% do investimento fixo total do país.

Esses números nos remetem a outra questão, segundo a qual este projeto exportacionista somente se concretizará com um massivo aporte da poupança externa, em risco ou empréstimos, já que o capital nacional, privado ou estatal, nas

condições atuais da economia brasileira não está, definitivamente, habilitado.

Na ótica governamental, a exploração de Carajás implica numa espécie de pragmatismo conjuntural, na medida que esta exploração está estreitamente vinculada com as dificuldades atuais da economia. Resta indagar, em primeiro lugar, se o capital estrangeiro está interessado em cumprir tão somente este papel e, em segundo lugar, se este enfoque é o que convém aos interesses permanentes do país e do seu povo.

A política de exportação de bens minerais para países como o nosso defronta-se, atualmente, com dois dilemas básicos. O primeiro consiste no fato de que "é o beneficiamento e não a mineração, que gera a maior parte do valor total de um produto metálico refinado, aproximadamente 70% do valor adicionado em uma barra de metal".(2) Ainda sob este ângulo devemos considerar que o controle do beneficiamento permite uma intervenção direta no perfil industrial do mundo moderno, bem como nas múltiplas determinações a que estão sujeitos os mercados. A produção mineral para exportação está, portanto, intimamente ligada às fases subsequentes da mineração e atua como diferencial político que permite conferir a quem detém o controle das operações de beneficiamento um largo poder de barganha, que se manifesta em decisões de política econômica e industrial em cada país e no mundo. Em seu livro "The Race for Resources", Michel Tanzer demonstra que "companhias e governos se uniram na busca do máximo controle possível sobre recursos minerais básicos em todo o mundo. As companhias minerais necessitam desse controle

para manter e fortalecer seus lucros monopolistas, enquanto que seus governos querem os minerais sendo aproveitados só por eles, para que fiquem em condições de os negarem a rivais estrangeiros, particularmente em tempo de guerra". É o que Gary Hill denomina de "Diplomacia de Recursos", na qual as multinacionais participam como intermediários entre governos produtores e governos consumidores de bens minerais. Em sua comunicação na 33ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (1981), o jornalista Marcos Dantas faz uma exaustiva e convincente análise desta questão e cita, mais uma vez, o conhecido texto de Charles Wright, encomendado pelo United States Bureau of Mines, em 1964, no qual diz textualmente o famoso estrategista da política mineral norte-americana:

"O Governo deve-se esforçar de todos os modos, através de benefícios fiscais e tarifários, no encorajamento das companhias mineradoras americanas que tenham interesses no exterior e expandirem suas operações e projetos de desenvolvimento, induzindo também o Banco Mundial, o Eximbank e o BIRD a estenderem seus créditos às companhias de mineração americanas nos quais participem investidores e bancos locais, não só em mineração propriamente dita como em projetos metalúrgicos. Com essas medidas subirá a produção de minerais para exportação de que carecem os Estados Unidos".

A exportação de minérios in natura, por outro lado, vem sofrendo constantes desvalorizações. A desvalorização média anual em moeda constante do minério de ferro, cujo preço atual é de US\$ 20 p/ton., foi de 4,05%; a do manganês foi de 2,98%, enquanto a relação entre o preço da tonelada de bauxita e de alumínio a moeda corrente sofreu uma desvalorização de 2,6% em 1965, idêntica desvalorização em 1970 e de 1,8% em 1979. Convém também ressaltar as diferenças dos preços do minério in natura para os minérios beneficiados, trazendo à tona os dados relativos aos principais bens minerais encontrados em Carajás:

Minério de ferro: com 66% Fe; o preço é de 20 dólares a tonelada, enquanto o ferro gusa alto silício é de 95 dólares/ton., o ferro gusa baixo silício é de 105 dólares/ton. e o ferro silício baixo carbono é de 345 dólares/ton.

Minério de manganês: dependendo do teor de Mn e Fe varia o preço internacio-

nal entre 40 a 62 dólares por tonelada. Comparativamente ao manganês beneficiado temos: ferro manganês alto carbono: 335 dólares/ton., ferro manganês médio carbono: 680 dólares/ton., ferro silício manganês (16-20% SiO₂): 300 dólares/ton.

Minério de alumínio: ou seja, a bauxita lavada a seco tem um preço de 22 dólares. O alumínio metálico ostenta o preço de 1.850 dólares por tonelada e a alumina de 230 dólares/ton.

Minério de estanho: cassiterita (60% Sn contido) — US\$ 14.30 por quilo e US\$ 16.45 por quilo, sem cotação para o minério beneficiado.

Se exportamos minérios in natura, nos subordinamos aos preços aviltados do mercado externo, renunciando à agregação de valor, sob a forma de trabalho nacional incorporado, tecnologia e investimentos financeiros e nos condenamos à exaustão dos nossos recursos, além das intoleráveis sequelas sociais e ecológicas de que a Serra do Navio e o quadrilátero ferrífero são exemplos chocantes. Se, contudo, adotamos para Carajás um modelo de exploração mineral que se desdobre em operações subsequentes de beneficiamento e industrialização dos minérios ingressamos, mercê do dimensionamento do Programa proposto, na armadilha internacional com seu séquito de dependências econômicas e políticas a que paí-

"O QUE DEVEMOS É PROVOCAR UM AMPLO DEBATE DEMOCRÁTICO QUE NOS RETIRE DESTA DILEMA, QUE SÓ É VERDADEIRO ENQUANTO NÃO MOBILIZAMOS OS RECURSOS NACIONAIS PARA CONVERTER CARAJÁS EM UM FATOR DE REORDENAÇÃO DE NOSSO MODELO GERAL DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E ECONÔMICO".

ses como a África do Sul, Canadá, Austrália principalmente são exemplos deploráveis.

Parece-nos, então, que Carajás não pode ser tratado nem como projeto exportador destinado a sanar as dificuldades conjunturais de nosso balanço de pagamentos e das contas de petróleo como querem o Governo e alguns setores empresariais associados aos interesses estrangeiros, nem como riquezas deslumbrantes que servem apenas para demonstrar nossa impotência econômica. O que devemos é provocar um amplo debate democrático que nos retire deste dilema que só é verdadeiro enquanto não mobilizamos os

recursos nacionais para converter Carajás em um fator de reordenação de nosso modelo geral de desenvolvimento industrial e econômico.

Esta questão, assim levantada, nos conduz ao segundo dilema. Somos ou não capazes de realizar um projeto para Carajás que leve em conta a capacidade nacional de explorar as riquezas contidas na Amazônia Oriental de modo a converter a região em um polo de desenvolvimento capaz de reduzir as disparidades regionais do país, contribuir para alterar o perfil industrial da nossa economia, passando a orientá-la no sentido do máximo aproveitamento dos insumos disponíveis internamente e intervir, a nível internacional, para alterar as injustas e desfavoráveis relações de troca?

A primeira questão passa a ser, então, a necessidade de reduzir o programa à capacidade nacional de investir e à competência nacional em ciência e tecnologia.

A mobilização do capital nacional é um processo penoso e difícil na medida mesmo em que o Governo, através do Conselho Interministerial criado para "orientar" a execução do programa, adota uma atitude abstrata e generalista, expressa na Resolução nº 1. Tal Resolução intenta definir as diretrizes básicas do programa, sem contudo dotá-lo dos mecanismos políticos e financeiros destinados a realizar a efetiva participação nacional, apelando para o princípio geral de que a "pequena e média empresas podem, pelas suas características, vir a contribuir efetivamente

para o esforço de desenvolvimento na área-programa" ou para a surrada afirmação de "que a participação estrangeira será acolhida na implantação do PROGRAMA, nos termos da legislação vigente". Ou ainda, a sinuosa afirmação de "que o processo de desenvolvimento econômico é um esforço nacional e, embora se reconheça a importância dos recursos externos para o desenvolvimento, este deverá ser financiado, basicamente, pela poupança interna, cujas limitações aconselham a concentração de esforços em áreas selecionadas". Estas e outras diretrizes comprovam claramente que há um inelutável conflito entre as dimensões do

programa e a real capacidade nacional. Esta será sempre maior quanto mais reduzido for o programa e, principalmente, se o programa não estiver subalternizado aos déficits conjunturais do balanço de pagamentos, mas, ao contrário, obedecer a uma estratégia de longo prazo que contemplem os diferentes aspectos de uma política mineral destinada a lastrear um desenvolvimento autônomo e auto-sustentado e produzir benefícios sociais e regionais palpáveis.

É evidente que um esforço dirigido e concatenado pelo Estado, fartamente associado ao capital privado nacional, constitui-se no caminho a ser percorrido e que, neste sentido, é urgente uma avaliação e um levantamento das reais possibilidades, a fim de que seja possível elaborar um novo programa Carajás, cujo princípio será a conceituação da província mineral como reserva nacional.

“PARA AVANÇAR UMA POLÍTICA NACIONAL DE APROVEITAMENTO DE RECURSOS MINERAIS É INDISPENSÁVEL SUPERAR, DESDE LOGO, OUTRO MITO MUITO EM VOGA, O DA NOSSA DECANTADA INCOMPETÊNCIA TECNOLÓGICA”.

Aliás, uma política com esses fundamentos encontra respaldo em um amplo arco de forças representativas da sociedade nacional. É salutar recordar aqui o que disse o Dr. Albano Franco, Presidente da Confederação Nacional das Indústrias, no recente Simpósio sobre Carajás, patrocinado pelo Congresso Nacional: “É possível que para dinamizar o andamento dos projetos, o socorro do investimento externo traga resultados mais visíveis a curto prazo, mas talvez seja a hora de se pensar um pouco menos de forma imediatista, encarando as perspectivas de um horizonte um pouco mais além, mais demorado de ser atingido, mas oferecendo uma melhor recompensa quando alcançado”.

Para avançar uma política nacional de aproveitamento dos recursos minerais é indispensável superar, desde logo, outro mito muito em voga, o da nossa decantada incompetência tecnológica.

Helena M.M. Lastres, em trabalho denominado Tecnologia Mineral e a Capacidade Nacional ao Apoio e Desenvolvimento ao Projeto Grande Carajás, assevera: “Deve-se impedir, portanto, que interesses imediatistas e medidas de urgência sobreponham-se à postura oficial do Governo a

nível geral da questão do desenvolvimento científico e tecnológico para o setor mineral (explicitada no III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) a todo o conjunto de vantagens que as especificidades do setor e do Programa denotam, bem como a capacitação já adquirida da rede nacional de centros de pesquisa. Portanto, de forma nenhuma será por falta de condições vantajosas ou por incapacidade interna que iremos transformar o Programa Carajás em mais um foco irradiador e ampliador das formas de dependência dentro de nossas fronteiras”.

Na realidade, a Nação dispõe, através de mais de duas dezenas de instituições dedicadas à pesquisa em ciência e tecnologia mineral, de condições amplamente satisfatórias para enfrentar, com eventuais consultorias estrangeiras, todos os problemas decorrentes da extração mineral e da

transformação metalúrgica e siderúrgica propiciadas pelas riquezas da Serra dos Carajás.

Assim, passaremos a analisar a lista de minérios disponíveis em Carajás e os procedimentos tecnológicos dominados internamente.

NÍQUEL – Tecnologia amplamente disponível para a fusão ferro-níquel. Processo baseado em fornos rotativos, fornos elétricos, altos-fornos, etc... Conhecemos os procedimentos para remoção de impurezas que mais frequentemente se apresentam contidas no ferro-níquel, como S, P, Si e o Co e estamos obtendo melhorias significativas para a produção do ferro-níquel. Em nosso país duas usinas produzem ferro-níquel, utilizando minério contendo níquel numa concentração acima de 1.8%. Outros processos para produção de níquel metálico são também utilizados e conhecidos entre nós, destacando-se o processo de lixiviação amoniacal que permite recuperação de Ni superior a 80%.

MINÉRIO DE COBRE – O processamento do minério alterado da Serra dos Carajás carece de adaptações de tecnologias

disponíveis para o processamento de minérios oxidados de cobre, o que pode ser feito no Brasil. Há muitas alternativas que superam os processos convencionais de lixiviação ácida e os nossos centros de pesquisa estão equipados para desenvolver tecnologias também para o minério sulfetado da Serra dos Carajás. É uma boa oportunidade da tecnologia nacional superar o processo flash smelting (utilizado pela Carajá Metais, depois da importação de quatro diferentes pacotes tecnológicos).

BAUXITA – A produção de alumínio primário é realizada por uma tecnologia de domínio mundial, o processo Hall-Heroult, conhecido desde 1886, utilizando alumina obtida pelo processo Bayer, conhecido mundialmente desde 1888. A produção de alumina e alumínio tendo a bauxita como minério não oferece nenhuma dificuldade tecnológica que não possa ser superada no Brasil, inclusive alternativas que pretendem reduzir a incorporação de energia através a redução térmica e eletrólise não convencional.

FERRO – Desnecessário comentar a competência da Companhia Vale do Rio Doce.

OURO – Processos seculares cujos aperfeiçoamentos são plenamente conhecidos.

Cai por terra, desse modo, o preconceito, estranhamente difundido, de que não somos capazes tecnologicamente de enfrentar os requisitos para exploração racional de Carajás. Cui prodest? A quem serve, então, essa propalada falta de capacitação? Parece claro que a rigidez locacional e as condições específicas dos minérios da Serra dos Carajás exigem investimentos em ciência e tecnologia que possibilitem, mais rapidamente, equacionar os problemas tecnológicos próprios. Sugiro remeter ao trabalho de Helena M.M. Lastres, publicado neste número de CIÊNCIAS DA TERRA, no qual a competente pesquisadora relaciona as pesquisas e os órgãos que neste momento as realizam para o desenvolvimento de tecnologias adequadas ao alumínio, cobre, ferro e manganês das diversas formações mineralíferas da Serra dos Carajás.

A notória imbricação existente entre o modelo exportacionista e a internacionalização do programa com seu consectário de dominação da mineração e, principalmente, das fases subseqüentes do beneficiamento por parte das grandes companhias multinacionais, induziu ao modelo “mina-ferrovia-porto exportador”. Esse

modelo, à vista das experiências mundialmente conhecidas, revelou-se um obstáculo à irradiação da atividade econômica, favorecendo os enclaves e impedindo a consolidação de economias regionais fortes e socialmente pródigas. Verificou-se que esse modelo funcionou sempre como alimentador de um processo de monstruosas deformações sociais e esvaziamento das economias locais, desorganizando relações econômicas e sociais e provocando, no âmbito das regiões onde se insere, a exaustão econômica e social quando cessada a atividade minerária. É neste sentido que entendemos a patética indagação do geólogo Gabriel Guerreiro como a advertência de uma amazônica em busca de uma consciência moderna não-colonial: "Desse modo a exploração de Carajás não parece estar destinada a gerar insumos para instalação de uma verdadeira industrialização nacional e regional. Será que teremos só uma economia transitória que se extinguirá quando se exaurirem as reservas? Teremos novamente a repetição do fenômeno mineiro de Potosi, na Bolí-

via, de Vila Rica, em Minas Gerais e até mesmo da Serra do Navio, no Amapá?"(3). A construção da usina hidrelétrica de Tucuruí, a exploração da bauxita no Trombetas e o garimpo de Serra Pelada, cada qual a seu modo e com suas peculiaridades, vão espalhando no espaço físico da Amazônia um território social de misérias e degradações, seja na infâmia do "beiradão", antro da moléstia, prostituição e desamparo social, seja na cena dantesca da repressão policial em plena selva.

O modelo exportador, tal como concebido, impõe a presença dominante do capital estrangeiro, este impõe suas regras de ouro, e entre elas figuram a economia mineral de um país como elemento complementar da estratégia de mapeamento e posse dos recursos minerais no planeta pelos países cêntricos do mundo capitalista, a máxima utilização dos fatores de produção local com a mínima remuneração social e nenhuma autonomia para a geração do complexo industrial que o potencial mineiro pode suscitar, o enclave econômi-

co com sua dramaturgia de miséria humana, ecológica e política, esta última do ponto de vista mesmo do poder e da soberania nacional.

Carajás é, assim, um ponto de interseção entre a questão nacional, a questão social e a questão democrática. A crítica de seus significados só encontra expressão prática e conseqüente na medida que a sociedade nacional conquiste no seu próprio tecido e no aparelho do Estado um real poder de intervenção, ou seja, Carajás, hoje, se insere no coração do processo democrático brasileiro. Alguém já disse, e com razão, que Carajás dirá no futuro, o que somos e por que somos. Temos a riqueza mineral, falta-nos a riqueza política das liberdades democráticas. É neste sentido que é imperioso proclamar: "Nem tudo que reluz é ouro".

Marcelo Cordeiro

- 1 - Pronunciamento do Sr. Reis Velloso - nesta revista.
- 2 - P. Robert, 1980 - Monthly Review.
- 3 - G. Guerreiro - Análise do Programa Grande Carajás - Simpósio "Alternativas para o Projeto Grande Carajás" - Congresso Nacional - Brasília - Agosto 1981.

O QUE É A ABEMIN

A Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Mineração - ABEMIN, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos de duração indeterminada, que reúne as empresas e organismos estaduais de mineração, formando o denominado Sistema Estadual de Mineração, tendo por objetivo: promover a cooperação técnica e administrativa entre seus associados, através da troca de experiências e idéias, a realização de estudos e pesquisas, a divulgação de trabalhos, e outros meios, visando o aperfeiçoamento de seus associados; estimular a pesquisa, a tecnologia e o aproveitamento dos recursos minerais e apoiar as atividades ligadas ao setor, propondo diretrizes e políticas relativas às atividades da área mineral; zelar pelos interesses de seus associados; promover e incentivar o treinamento de executivos e de servidores de seus associados; manter intercâmbio com associações congêneres nacionais e internacionais; cooperar com os organismos encarregados da formulação política, padrões e normas no setor mineral.

A ABEMIN foi constituída em 11 de agosto de 1979, e reúne atualmente 17 entidades estaduais, sendo 15 Empresas, um Departamento (DRM-RJ) e um Instituto (IDESP-PA). O Sistema Estadual emprega atualmente cerca de 4.000 funcionários sendo 280 geólogos e 50 engenheiros de minas. Aplicou em 1980, 3 bilhões de cruzeiros, estando previsto um orçamento de 12 bilhões para o ano de 1981, sendo que 6 bilhões são investimentos realizados para carvão no Sul do País.

A primeira Diretoria eleita em 1979, pelo período de 02 anos teve como Presidente José Carlos Boa Nova (CBPMB-A); Vice-Presidente, Elias Fernandes Neto (CDM-RN); e os seguintes Direto-

res: Wanderlino Teixeira de Carvalho (METAGO-GO), Leo F. Leone (MINEROPAR-PR) e Arnaldo Mendes Júnior (METAMIG-MG). Além da Diretoria, há o Conselho de Associados que é o órgão de deliberação superior da entidade, integrado por todos os Diretores Presidentes ou cargos equivalentes das Entidades Associadas. Vinculada à Diretoria, existe uma Secretaria Executiva, cujo secretário é nomeado pelo Presidente.

ATUAÇÃO DA ABEMIN

A ABEMIN, promove reuniões ordinárias do Conselho de Associados de quatro em quatro meses onde são discutidos e aprovados as principais orientações e decisões que afetam o Sistema Estadual de Mineração. No último ano foram frequentes as reuniões extraordinárias para se posicionar sobre as constantes propostas de modificações do atual rateio do IUM. Dentre estas propostas, certamente a Emenda Constitucional nº 22/81 do Senador Murilo Badaró (Minas Gerais) foi a que causou maiores preocupações das empresas estaduais, uma vez que reduzia de 70 para 40 por cento a cota parte do Estado na distribuição do IUM. Para enfrentar esta proposta, todas as entidades estaduais foram mobilizadas e uma forte campanha de esclarecimento foi desenvolvido sobre os Deputados e Senadores de cada Estado, resultando no recuo do Senador Murilo Badaró quanto às suas pretensões de mudanças na sistemática do IUM que viesse a trazer prejuízos ao Sistema Estadual de Mineração. Outras atividades foram desenvolvidas pela ABEMIN no sentido de preservar Entidades Associadas ameaçadas de incorporação ou até mesmo extinção e procurou-se estimu-

lar a criação de novas entidades em Estados carentes de representação mineral, a exemplo da Coordenação de Recursos Minerais do Estado de Sta. Catarina e CEMINAS no Ceará. Ainda na primeira gestão da ABEMIN, foi elaborado e assinado um Convênio de Cooperação Técnica entre os Associados, visando operacionalizar os objetivos da ABEMIN, principalmente no que se refere a troca de experiências e serviços. Em todos os eventos significativos do Setor Mineral Brasileiro, esteve a ABEMIN presente para dar a sua contribuição a exemplo do II Plano Mestre Decenal de Mineração, nova legislação do IUM etc.

ELEIÇÕES E NOVA DIRETORIA

Recentemente, em 29 de agosto de 1981, foi eleita a nova Diretoria para o próximo biênio, que está composta da seguinte forma: Presidente: Ivonaldo Elias de Lima (CDRM/PB); Vice-Presidente: Elias Fernandes Neto (CDM/RN); Diretores: Flávio Klein (DRM/RJ), Flávio Augusto Brinckmann (CRM/RS) e Wanderlino Teixeira de Carvalho (METAGO/GO). A nova diretoria pretende continuar a luta da ABEMIN em defesa dos interesses do Sistema Estadual de Mineração.

ASSOCIAÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS

Foi criado no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) o Programa de Associações Científicas e Tecnológicas - PROACT. O mesmo foi lançado oficialmente, em reunião presidida pelo Presidente do CNPq Lynaldo Cavalcanti, na qual foi apresentada uma proposta de

documento básico do PROACT que foi discutida pelos representantes das sociedades científicas presentes. Dia 27 de agosto, em São Paulo.

O PROACT deverá ser um instrumento destinado à criação de mecanismos de comunicação entre o CNPq, enquanto órgão coordenador da política nacional de Ciência e Tecnologia, e a Comunidade, através das associações científicas, respeitados os propósitos específicos e as disponibilidades próprias de cada associação.

O PROACT tem como meta apoiar as associações científicas e tecnológicas, de atuação a nível nacional, para que possam atingir seus objetivos, visando contribuir para que estas associações possam atuar, em parceria, nas negociações e definições de necessidades e prioridades nacionais.

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS

Toda a equipe da Diretoria de Geologia do Instituto de Geociências Aplicadas de Minas Gerais (IGA), sob a chefia do professor José Carlos Schimidt e sob a coordenação do geólogo Atahualpa Valença Padilha, vem desenvolvendo o levantamento e a catalogação dos projetos geológicos básicos já efetuados em Minas Gerais.

Será publicado o Atlas-Índice dos Levantamentos Básicos e o Banco de Dados e o Centro de Documentação Geológica estarão disponíveis para consultas. Parece que os bons tempos do Instituto de Tecnologia Industrial (ITI, extinto para dar lugar ao CETEC e IGA) estão de volta. O endereço do IGA é Rua Itambé, 49, 30000 Belo Horizonte (Tel. 201 1711) e sua direção-geral é do engenheiro-agrônomo Arnaldo de Freitas Caldeira.